

**PRECARIEDADE, PERFORMATIVIDADE E ESPAÇO DE
APARECIMENTO DO CORPO TRAVESTI**

Alexandre Nunes de Sousa 1

Resumo: O presente artigo se dedica à articulação entre as noções de performatividade de gênero, precariedade e espaço de aparecimento presentes na obra da filósofa americana Judith Butler, bem como suas possibilidades de diálogo com as questões de travestilidades e transgeneridades.

Palavras-chave: precariedade, espaço de aparecimento, travestilidades, visibilidade.

1. PERFORMATIVIDADE DE GÊNERO E TRAVESTILIDADES

As questões relativas aos trânsitos dos gêneros parecem colocar pessoas trans em diversos aspectos minoritários². Tais formas de experimentação e vivências encenam em potencial o que Louro denominou de “viajantes pós-modernos” e seus atravessamentos de fronteiras. Pois, nas palavras da autora,

a fronteira é o lugar da relação, região do encontro, cruzamento e confronto. Ela separa e ao mesmo tempo põe em contato culturas e grupos. Zonas de policiamento é também zona de transgressão e subversão. O ilícito circula ao longo da fronteira. [...] Por isso, a paródia que arremeda os 'nativos' do outro 'lado', que embaralha seus códigos com os desse 'lado', que misturam e confunde as regras, que combina e distorce as linguagens é tão perturbadora (2004, p. 20)

Uma face deste processo perturbador é a desestabilização do gênero empreendida pelo corpo travesti. Dinâmica que borra a fronteira entre masculino e feminino. Para Butler, a travesti “zomba efetivamente de um poder efetivo de gênero e da efetividade de uma verdadeira identidade de gênero” (2010, p. 195) que seria naturalizada dentro

¹Professor de Comunicação e Cultura na Universidade Federal do Cariri – UFCA. Email: gemicariri@gmail.com

²É útil retomarmos a categoria de identidades minoritárias formulada por Muniz Sodré. Ao esboçá-la, o autor aponta que: “Em Kant, maioria é *Mundigkeig* que implica literalmente a possibilidade de falar. *Mund* significa boca. Minoridade é *Ummundigkeige*, ou seja, impossibilidade de falar. Menor é aquele que não tem acesso à fala plena, como o *infans*.” (2005, p. 11).

do chamado dispositivo de sexualidade³ (FOUCAULT, 2010) em sua expressão contemporânea: a heteronormatividade.

Para Bento, a heteronormatividade é “a capacidade da heterossexualidade se apresentar como norma, a lei que regula e determina a impossibilidade de vida fora destes marcos” (2008, p. 04). Este princípio organiza, em todas as esferas da vida social, a coerência entre anatomia “biológica”, gênero, desejo e prática sexual. Ou, dito de outra forma, dentro do chamado binarismo de gênero, o qual “se estrutura nesta lógica de equivalência entre o que seria masculino = homem = macho ou feminino = mulher = fêmea” (SPARGO, 2006, p. 58).

Na esteira deste pensamento, Butler (2002) afirma que a experiência travesti e transexual desestabiliza esta coerência e desvenda os limites do sistema binário. Processo que não ocorre sem violência, pois a dinâmica cultural de conformação dos corpos em um gênero único e inteligível é parte constitutiva das instituições de socialização. O gênero, longe de ser algo natural, é uma construção performativa. Como afirma a mesma autora, a fixação do gênero se apresenta como o processo de repetição incansável e estilizada de normas sociais preestabelecidas para os corpos. Em suas palavras:

O gênero é performativo porque é *o efeito* de um regime que regula as diferenças de gênero. No citado regime os gêneros se dividem e se hierarquizam *de forma coercitiva*. As regras sociais, tabus, proibições e ameaças punitivas atuam através da repetição ritualizada da norma (Idem, p. 64 – tradução minha).

Assim, a performatividade de gênero atua em qualquer corpo desde que o mesmo chega ao mundo. O médico, ao dizer “é menino” não está descrevendo uma realidade, mas criando um corpo sobre o qual as normas sociais esperarão que o comportamento corresponda ao que é socialmente estabelecido como masculino (BENTO, 2008). Um gênero inteligível é, portanto, aquele conformado na sequência sexo “biológico” – expressão de gênero – desejo e prática sexual. Os corpos que

³ Para Foucault (2010), o dispositivo de sexualidade é composto pelo conjunto de instituições inventadas pela modernidade que atuaria sobre os corpos para discipliná-los através de um sistema de saber-poder estruturado não mais exclusivamente pela repressão, mas pelo controle através confissão dos desejos, internalização da disciplina e por uma ânsia pelo pertencimento à normalidade.

borram esta norma tendem a receber sanções como a interdição da fala, isolamento ou mesmo morte.

Uma sistematização, hoje clássica, desse fenômeno de trânsito de gênero está no ensaio, dos anos 1960, “Notas sobre o *Camp*” de Sontag. Nele, a ensaísta norte-americana afirma que “a essência do *Camp* é sua predileção pelo inatural: pelo artifício e pelo exagero.” (1987, p. 318). Não é à toa que Sontag elegerá o andrógino como uma das expressões desta estética. Com esta transgressão das fronteiras não caberia mais também a busca da verdade do corpo travesti no chamado Sexo-Rei (FOUCAULT, 2010). Daí, perguntas como: “o que é travesti?”; “É homem?”; “É mulher trans?” não fazem mais sentido.

Seriam corpos-travesti que, por conta de suas anatomias “biológicas”, chegaram ao mundo para reproduzir citacionalmente a verdade do “macho”, mas que desatam os liames do sentido e do sujeito do conhecimento. O qual, nos temos de Temple: “apenas apreende do acontecimento aquilo que as práticas de poder e de saber, auxiliadas pelas práticas discursivas, fixam no limite entre verdadeiro e o falso (2013, p.164). Ao contrário, no corpo trans parece desfez-se o falso binarismo entre a travesti como suposta cópia da “mulher”, sendo esta por sua vez supostamente “original”. Nestes termos, este sujeito que é chamado de “a mulher” também é a performatividade de uma cópia do que se estabeleceu socialmente como mulher (BUTLER, 2010).

2. PRECARIÉDADE NA EXPERIÊNCIA TRAVESTI

Como relatado por Vergueiro (2014), muitas são as injúrias físicas e simbólicas sofridas pelas populações trans. Segundo Vale, este tipo de violência estaria ligada ao estigma visível que a travesti carrega. Para o autor, pode-se dizer que:

ser travesti ou transgênero (dependendo da eficácia visual da transformação) designa 'estigmas visuais' [...] Nas pessoas transgêneras eles têm lugar no momento em que os primeiros traços de efeminamento aparecem” (2007, p. 55)

Butler vai além da noção de estigma e trata as margens produzidas pela heteronormatividade como abjeções. Ou seja, como elementos que são considerados socialmente poluentes, corruptores ou como algo que não deveria existir. Em seus próprios termos, a abjeção se relacionaria não apenas ao dispositivo de sexualidade:

O abjeto para mim não se restringe de modo algum a sexo e heteronormatividade. Relaciona-se a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas 'vidas' e cuja materialidade é entendida como "não importante". Para dar uma ideia: a imprensa dos Estados Unidos regularmente apresenta as vidas dos não-ocidentais nesses termos. O empobrecimento é outro candidato freqüente [...] Poderia enumerar muitos exemplos do que considero ser a abjeção dos corpos. Podemos notá-la, por exemplo, na matança de refugiados libaneses: o modo pelo qual aqueles corpos, aquelas vidas, não são entendidos como vidas. Podem ser contados, geralmente causam revolta, mas não há especificidade. [...] Assim, recebemos uma produção diferenciada, ou uma materialização diferenciada, do humano. E também recebemos, acho eu, uma *produção* do abjeto. (PRINS E MEIJER, 2007, p. 160).

Parece traçar-se aqui uma espécie de condição de precariedade (BUTLER, 2015a) na performatividade travesti. Vidas que são lidas socialmente como não importantes. Corpos que se encontram em sua “desposseção” ontológica. A travesti como despossuída. É o momento em que se delineiam os vínculos entre performatividade de gênero e precariedade. Como afirmou a mesma autora:

Precariedade é, obviamente, ligada a normas de gênero, a partir do momento em que sabemos que aqueles que não vivem seus gêneros de formas inteligíveis estão expostos a riscos e violências. Normas de gênero têm tudo a ver com a forma como nós podemos aparecer no espaço público; como e de que qual forma o público e o privado são distinguidos; e como essas distinções são instrumentalizadas a serviço de políticas sexuais. Quem vai ser criminalizado tendo por base sua aparição pública; quem não será protegido pela lei, ou mais especificamente, pela polícia, nas ruas, ou no trabalho, ou em casa. Quem será estigmatizado; quem será objeto de fascinação e consumo do prazer? (2009, p. 08 – tradução minha).

A publicização das existências desses corpos precários parece promover uma rasura no local estabelecido para suas vidas. Dialogando ainda com as noções de vida nua de Agamben, aproximam-se do que o autor chamou de *Homo Sacer*. Ou seja, aquele ou aquela que

qualquer um pode matar sem cometer homicídio, sua existência é reduzida a uma vida nua despojada de todo direito, que ele somente salva em uma perpétua fuga [...] Justamente por ser exposto a todo instante a uma incondicionada ameaça de morte, ele encontra-se em perene relação com o poder que o baniu (2014, p. 178).

Tais rasuras ou resistências nas bordas entre o banimento e a sobrevivência, seriam o que Foucault chamou de contra-condutas. As travestis “viajantes pós-

modernas”, como nomeadas acima, borram as fronteiras de gênero e dos espaços que lhes foi socialmente imposto: a invisibilidade. Essas contra-condutas, nas palavras do filósofo francês, seriam: “movimentos que tem como objetivo outra conduta, isto é: querer ser conduzido de outro modo[...] São movimentos que também procuram eventualmente, em todo caso, escapar da conduta dos outros” (2008, 257). Logo, o debate segue quando Butler traz à tona a questão dos diversos corpos inconformes que não se submetem à normatização e sobre uma vida precária como uma “vida enlutável”. Nas palavras da escritora:

A distribuição desigual do luto público é uma questão política de imensa importância. Tem sido assim desde, pelo menos, a época de Antígona, quando ela decidiu chorar publicamente pela morte de um de seus irmãos, embora isso fosse contra a lei soberana. Porque os governos procuram com tanta frequência regular e controlar quem será e quem não será lamentado publicamente?” (2015a, p. 64).

A convergência entre a reflexão de Butler sobre Antígona e as vivências trans fica explícita quando Safatle afirma que “foi tal compreensão que levou Butler a desenvolver sensibilidade às relações de poder e visibilidade, ou seja, à maneira como o poder se impõe, criando múltiplas zonas de invisibilidade (2015, p. 220). Pois, como afirma Butler: “Não haverá nenhum luto (disse Creonte em Antígona) [...] nada daquilo pertence à ordem do acontecimento. Não se passou nada. E esta falta de reconhecimento se impõe mediante uma identificação destas vidas com a manutenção da violência” (2006, p. 63).

3. VISIBILIDADE E ESPAÇOS DE APARECIMENTO DO CORPO TRAVESTI

O início do século XXI parece empreender uma série de espaços de aparecimento e encarnar outras políticas de visibilidades possíveis a partir das demandas travestis de de pessoas trans.

É neste sentido que Telles (1999) afirma que, antes de tudo, o espaço público é o local sempre contingente de **aparecimento e da visibilidade**. Este espaço seria, nas palavras da pensadora política Hannah Arendt, construtor do próprio mundo comum no

qual habitamos. Em seus próprios termos: “Para nós a aparência – aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos – constitui a realidade. (2001, p. 60).

Somente tal espaço é capaz de conservar a memória da ação humana sobre a Terra. Memória que não se reduz a uma nostalgia em relação ao passado, mas que configura, ou pelo menos aponta para estratégias de intervenção coletiva no mundo. É o que Arendt chama de preservação da ação contra o esquecimento. Esta preservação, mediada pela palavra, seria o que garante a continuidade das narrativas. Como nos lembra Gagnebin, a luta de Ulysses ainda na Grécia antiga para voltar a Ítaca, seria “antes de tudo, uma luta para manter a memória e, portanto, para manter a palavra, as histórias, os cantos que ajudam os homens [sic] a se lembrarem do passado e, também, a não esquecerem do futuro” (2006, p. 15).

Narrativas que conseguem ser visibilizadas e acabam por não apenas continuar do passado no presente, mas a criação de registros e signos através dos quais é permitido o contar de outras histórias e realizar novas ações, tendo por base as vivências passadas. Para Arendt (2001), esta narração é uma das mediações que permite a durabilidade do “mundo comum”. Tornando, em potencial, as narrativas das/sobre travestis e pessoas trans multifocadas.

Ainda segundo a mesma autora, é essa capacidade de visualização de uma mesma realidade a partir de diversas perspectivas o que garante o seu estatuto de existência, bem como a emergência do espaço público:

A realidade da esfera pública conta com a presença simultânea de inúmeros aspectos e perspectivas nos quais o mundo comum se apresenta e para os quais nenhuma medida ou denominador comum pode jamais ser inventado [...] Ser visto e ouvido por outros é importante pelo fato de que todos vêem e ouvem de ângulos diferentes [...] o mundo comum acaba quando é visto somente sob um aspecto e só lhe é permitido uma perspectiva (ARENDR, 2001, p. 67- 68).

Logo, um espaço público plural só seria possível quando a uma realidade é permitida ser visualizada por diversas perspectivas. Assim, nada do que existe poderia aparecer no singular. É o que a pensadora chama de pluralidade, a capacidade dos sujeitos de fazerem apelo ao “senso comum” e construir coletivamente a referência de orientação no mundo, prevenindo-se, assim, do encapsulamento da vida privada (TELLES, 1999). Nos termos de Arendt:

O único atributo do mundo que nos permite avaliar sua realidade é o fato de ser comum a todos [...] graças ao senso comum, é possível saber que as outras percepções sensoriais mostram a realidade e não são meras irritações de nossos nervos, nem de uma reação de nosso corpo (ARENDT, 2001, p. 229).

É nesse sentido que Dourado (2014) fala das invisibilidades das dores e dos prazeres presentes na experiência travesti. Para o escritor, a vivência Trans encarna dois polos de produção de subjetividade: a melancolia e a *gaity*⁴. Assim, o autor retoma o pensamento do cubano José Muñoz para afirmar que não enxerga a melancolia como algo negativo, uma vez que a mesma também pode potencializar ações. Para ambos, a melancolia seria:

uma estrutura de pensamento ambivalente, que trabalha para reter o objeto perdido e é parte integrante da afirmação de uma identidade. Se a “história gay [sic] pode ser lida como um livro-funeral”, [...] a melancolia tem sido vista como mais importante material na construção de uma história e de uma memória coletivas, a fim de iluminar o presente. (idem, p. 01)

Contudo, outra característica marcante da experiência travesti é a ironia, aliada ao humor, às paródias e à “fechação” típicos da já citada sensibilidade *Camp*. Como lembra a escritora Sara Werner:

As emoções dolorosas [...] desempenham um papel importante na criação de mundos políticos. As feridas servem como elementos constitutivos da identidade de qualquer grupo desassistido. É a experiência do passado traumático que dá sentido ao presente e fornece motivação para criar um futuro melhor. Isso é especialmente verdade para o Feminismo e a Teoria *Queer*, dois projetos utópicos que são constituídos por potentes histórias de violência, estigma e sofrimento. [...] Este estudo redireciona nossa atenção a outros aspectos das histórias de vida *queer*, ao documentar e afirmar o papel do prazer, do humor, da alegria e da frivolidade em moldar as maneiras que as minorias sexuais vêm a se compreender e a compreender os papéis para os quais foram convocadas (2014, p. XIII – tradução de Rodrigo Dourado).

O reconhecimento das experiências dessa polifonia de ângulos parece exigir a criação de outros discursos em outros espaços. Situando-se a dimensão fundamental da comunicação como mediadora desse processo, posto que, “se o espaço público constrói um mundo comum entre os homens [sic], este mundo tem que ser pensado não apenas

⁴sem tradução em língua portuguesa, se refere ao termo gay (no sentido de alegre), o que pode também ser associado na sua recepção brasileira à gaiatice.

como aquilo que é comum, mas como aquilo que é comunicável” (TELLES, 1999, p. 45). É neste sentido que os sujeitos e coletivos trans pretendem estabelecer a dizibilidade de aspectos das vivências que permaneciam praticamente incomunicadas ou incomunicáveis. Daí surgem questões levantadas por Judith Butler que também são nossas:

Vidas precárias caracterizam aquelas vidas que não são qualificadas como reconhecíveis, legíveis ou passíveis de luto. E nestes termos, precariedade é uma rubrica carregada por mulheres, *queers*, pobres e apátridas.[...] como alguém consegue viver com a noção de que o seu amor não é reconhecível e que suas perdas não são consideradas perdas? Como alguém vive dentro de uma vida não-reconhecida? Se o que e como você ama já é uma forma de nada ou não-existência, como é possível explicar a perda deste nada e como isto poderia se tornar passível de luto? [...] Como uma população apartada da fala consegue falar e fazer suas reivindicações? Que tipo de disrupção é esta no campo do poder? (2009, 07-08 – tradução minha)

Ao adentrar a cena pública, estas indagações também ajudam a construir a pluralidade de focos e visões. Logo, os espaços de visibilidade vão pressupor a (im)possibilidade de construção de uma narrativa “verdadeira”, autocentrada, transparente. O que, para Butler, apenas revela o caráter opaco da construção de toda tentativa de discurso, tendo em vista que

a irrecuperabilidade de um referente original não destrói a narrativa; ela a produz 'numa direção ficcional' como diria Lacan. Para ser mais precisa, eu teria de dizer que posso contar a história de minha origem e posso recontá-la de diversas vezes, de diversas maneiras(2015b, p. 52).

Quais são os espaços que produzem ou acolhem a pluralidade de narrativas e dizibilidades travestis e trans? Como eles estão sendo forjados? Quais tensões emergem a partir destas visibilidades outras (para além das páginas policiais, por exemplo)? São questões postas em um debate que está longe de acabar.

4. REFERÊNCIAS:

AGAMBEN, G. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I.** 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

ARENDT, H. **A condição humana.** 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária,

2001. BENTO, B. **O que é transexualidade**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2008.
- BUTLER, J. **Quadros de guerra**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2015a.
- _____. **Relatar a si mesmo**. São Paulo: Autêntica, 2015b.
- _____. **Problemas de gênero**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- _____. Performativity, precarity and sexual politics. *Revista de antropologia ibero-americana*, Vol4. Nº3, Madri, Setembro-dezembro 2009, pp. i – xii. <http://www.aibr.org/antropologia/04v03/criticos/040301b.pdf> (acessado em 20 de junho de 2016).
- _____. **Vida precaria: el poder del dielo y la violencia**. Buenos Aires: Paidós, 2006.
- _____. Criticamente subversiva. In: JIMÉNEZ, R.; MÉRIDA, M. **Sexualidades transgressoras**: uma antologia de estudos queer. Barcelona: Içaria, 2002, pp 55-79.
- DOURADO, R. **Das dores e dos prazeres de ser travestchy**. In. Quarta parede. <http://4parede.com/das-dores-e-dos-prazeres-de-ser-travestchy-melancolia-e-gaiatice-no-espetaculo-br-trans/> (acessado em 02 de junho de 2016).
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: a vontade de saber. 20ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 2010.
- _____. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins fontes, 2008.
- GAGNEBLIN, J. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: ed. 34, 2006.
- LOURO, G. **O corpo estranho**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- PRINS, B; MEIJER, I. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. In: *Revista Estudos Feministas*. Volume 10, número 1, Florianópolis, janeiro de 2002, pp. 155-167.
- MUÑOZ, José Esteban. *Disidentifications: queers of color and the performance of politics*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.
- SAFATLE, V. Dos problemas de gênero a uma teoria da despossessão necessária. In: BUTLER, J. **Relatar a si mesmo**. São Paulo: autêntica, 2015. pp. 173- 196.
- SODRÉ, M. Por um conceito de minoria. In BARBALHO, A.; PAIVA, R. **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005

XII ENECULT

ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

.SONTAG, S. Notas sobre o camp. In. **Contra a interpretação**. Porto Alegre: L&PM, 1987. pp 318 – 337.

SPARGO, T. **Foucault e a teoria *queer***. Rio de Janeiro: UFJF, 2006.

TELLES, V. Política e espaço público na construção do mundo comum: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt In. _____. **Direitos sociais: Afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Editoria UFMG, 1999.

TEMPLE, G. **Acontecimento, poder e resistência em Michel Foucault**. Cruz das Almas: Editora UFRB, 2013.

VALE, A. *O voo da beleza: experiência transgênero e processo migratório*. Revista OPSIS, vol. 7, nº 8, jan-jun 2007.

VERGUEIRO, V. É a natureza que decide? Reflexões trans* sobre gênero, corpo e (ab?)uso de substâncias. In. GOMES, J. **Transfeminismo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Metonoia, 2014, pp.

WARNER, Sara. *Acts of gaiety: LGBT performance and the politics of pleasure*. The University Of Michigan Press, 2013.